



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS
2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/11/2015

Às 10h17min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Dalmo Ribeiro Silva e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.980 a 2.997/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.243/2015, dos deputados Paulo Lamac, Sargento Rodrigues e Douglas Melo, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações acerca da possibilidade de que o terreno vizinho à Escola Estadual Ordem e Progresso, em Belo Horizonte, seja cedido à Polícia Civil para ampliação da referida escola;

nº 4.333/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião para debater o tema "Custo aluno qualidade – CAQ";

nº 4.334/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizado debate público para discutir o projeto de lei do Plano Estadual de Educação;

nº 4.336/2015, dos deputados Paulo Lamac, Dalmo Ribeiro Silva e Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado à empresa Furnas e à Secretaria de Educação o relatório da visita técnica à Escola de Furnas, em 7/4/2015;

nº 4.338/2015, dos deputados Paulo Lamac, Dalmo Ribeiro Silva e Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre o andamento da transferência ao Estado do imóvel ocupado pela Escola Estadual de Furnas, localizada em São José da Barra;

nº 4.339/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada visita à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais com a finalidade de conhecer os projetos a serem implementados em 2016 e a estrutura técnico-administrativa dessa fundação;

nº 4.340/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o risco de fechamento das escolas profissionalizantes vinculadas ao Sistema S, decorrente do contingenciamento de aproximadamente

30% dos recursos destinados ao sistema na Lei Orçamentária Anual da União para o ano de 2016, com vistas ao seu financiamento.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.354/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências com vistas à liberação de recursos para reforma da estrutura física da Escola Estadual Antônio Pinheiro Diniz, em Ibirité;

nº 4.356/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada visita ao Município de Felixlândia para apurar o atraso de salários dos servidores da área de educação e a falta de merenda escolar para os alunos;

nº 4.357/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação funcional e o desenvolvimento na carreira dos professores da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - aprovados em concurso público realizado em 2014;

nº 4.358/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação que envolve a reforma do Grupo Central, que abrigava a Escola Estadual Delfim Moreira, em Juiz de Fora;

nº 4.360/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada reunião conjunta com as Comissões de Saúde e de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para debater a estratégia para o crescimento do setor de biotecnologia e ciências da vida e a melhoria da competitividade das empresas;

nº 4.361/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a Base Nacional Comum Curricular – BNC;

nº 4.362/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Casa Civil e de Relações Institucionais pedido de informações sobre o início das obras de construção da Escola Estadual Pedro Thyssen, no Município de Piedade dos Gerais, conforme termo de compromisso celebrado em 2014 entre a Secretaria de Educação e o FNDE;

nº 4.363/2015, do deputado Tony Carlos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação - SEE - pedido de providências para a implantação de um sistema de registro de presença biométrico para alunos das escolas da rede pública estadual de ensino;

nº 4.365/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre os servidores designados, afetados pela declaração da inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 2007;

nº 4.366/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de informações sobre o procedimento de tombamento do imóvel onde se localiza o Colégio Angélica, no Município de Coronel Fabriciano;

nº 4.368/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada visita à Escola Estadual Rodrigo de Castro Moreira Pena, no Município de Santa Bárbara, para conhecer o projeto Viramundo;

nº 4.369/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o encaminhamento do programa Valores de Minas;

nº 4.370/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a proposta de incorporação do Instituto de Geoinformação e Tecnologia – Igtec – pela Fundação João Pinheiro – FJP;

nº 4.371/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a execução da obra da Escola Estadual Ana Sales, em Juiz de Fora, conforme termo de compromisso homologado em 2/9/2015;

nº 4.372/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG - pedido de informações sobre os cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec - oferecidos por esse instituto no Câmpus Bambuí, tendo em vista o recebimento de ofício da Câmara Municipal de Oliveira que relata atraso no pagamento dos professores;

nº 4.373/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec -, do Ministério da Educação, pedido de informações sobre os cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec - oferecidos por esse instituto no Câmpus Bambuí, tendo em vista o recebimento de ofício da Câmara Municipal de Oliveira que relata atraso no pagamento dos professores;

nº 4.374/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública para apresentar a iniciativa do 49º Batalhão de Polícia Militar - Batalhão Venda Nova - de realizar o projeto Debutantes da Paz;

nº 4.375/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - pedido de informações sobre a possibilidade da criação de um câmpus universitário em Campo Belo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente – Professor Neivaldo.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Locais visitados: Escola Estadual de Furnas e Centro de Treinamento da empresa Centrais Elétricas de Furnas, situados no Município de São José da Barra

Apresentação

A requerimento do deputado Paulo Lamac, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 7/4/2015, a Escola Estadual de Furnas, no Município de São José da Barra, para conhecer sua situação e verificar a possibilidade da transferência ao Estado do imóvel ocupado por esse estabelecimento de ensino, de propriedade da empresa Centrais Elétricas de Furnas; visitou ainda o Centro de Treinamento de Furnas – CTFU –, também de propriedade dessa empresa, para verificar a possibilidade da instalação de uma unidade da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – no local.

Participaram da visita, além do presidente da comissão e autor da proposição, deputado Paulo Lamac, os deputados Douglas Melo e Cássio Soares. Acompanharam a visita a Sra. Ana Cláudia Gesteira, gerente de Responsabilidade Sociocultural e representante do presidente de Furnas; os Srs. Roberto Teixeira Siniscalchi, gerente-geral da usina; Antônio Sérgio Araújo, gerente da usina; Marcos Moraes, gerente de Administração; Jorge Teles, gerente do Centro Técnico de Ensaios e Suporte à Manutenção; e as Sras. Valquíria Andrade Pecinato, assessora de Administração e Logística, e Flávia Daisson, gerente da Área de Pessoal, Educação Corporativa, Gestão e Conhecimento. Também estava presente o Sr. Ricardo Teixeira, superintendente regional de ensino de Passos.

Relato

Inicialmente, a comissão ouviu a exposição do Sr. Antônio Sérgio Araújo, que apresentou um breve histórico sobre as Centrais Elétricas de Furnas. Segundo ele, a empresa, que pertence ao governo federal, mas tem capital aberto, foi construída pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, entre 1957 e 1962, para evitar o colapso energético que ameaçava o País à época.

A empresa tem 18 usinas hidrelétricas, que se distribuem em 14 estados e no Distrito Federal. Em Minas Gerais, estão localizadas 8 delas. Dispõe também de 2 termoelétricas, 9 usinas eólicas, 20.000km de rede de transmissão e 3 centros de tecnologia.

Apenas o reservatório da Hidrelétrica de São José da Barra banha 34 municípios e gera 1,2 megawatts/hora de energia elétrica, o suficiente para atender uma população de 5 milhões de pessoas.

Depois dessa apresentação, os parlamentares foram conhecer a barragem da usina, com os seus processos de geração e distribuição de energia, e, ainda, o Centro Técnico de Ensaios e Suporte à Manutenção, onde funcionários da empresa passam por treinamento e reciclagem de conhecimentos.

Na parte da tarde, a comissão visitou as instalações da Escola Estadual de Furnas, no Distrito de São José da Barra, que funciona em um prédio da empresa, mas é gerenciada pelo Estado, também responsável pelos 51 servidores. De acordo com o superintendente regional de ensino de Passos, Ricardo Medeiros, já está sendo providenciada a doação do prédio para o Estado, e faltam apenas as formalidades exigidas pela legislação. A escola atende 520 alunos nos ensinos fundamental, médio e técnico, em sistemas concomitante e subsequente.

A seguir, os deputados conheceram as instalações do CTFU. Com 17.000m² e 4.000m de área construída, esse centro dispõe de 39 salas, 4 das quais à disposição da prefeitura local, 10 laboratórios e auditório. Somam-se a essa estrutura dois blocos de alojamentos capazes de receber 128 alunos, em quartos para duas pessoas.

Criado em 1962, o CFTU já funcionou como um grande formador de técnicos para a própria central elétrica e outras empresas brasileiras. Segundo a Sra. Flávia Daisson, o centro foi constituído para formar e capacitar profissionais da empresa nas áreas de administração, informática, eletrônica, telecomunicações, eletrotécnica, sistemas de potência, equipamentos de usina, subestação, linhas de transmissão, operação, proteção, controle e tecnologia mecânica. Hoje, ele se encontra ocioso em razão da atuação de outras instituições públicas e privadas que também formam profissionais da área.

Conclusão

A comissão entende como fundamental a transferência da estrutura da Escola Estadual de Furnas para o Estado, permitindo que ele possa fazer melhorias e outros investimentos, naquela que é considerada uma escola de excelência e que forma profissionais da área técnica para outros estados.

No que concerne ao Centro de Treinamento de Furnas, a comissão se propôs a atuar como intermediária para que a UFMG implante ali um polo regional, que propicie o desenvolvimento regional a partir da formação técnica de excelência de profissionais em diferentes áreas, tais como engenharia, ciência da computação, biologia, piscicultura e aquacultura.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local visitado: Secretaria de Educação, em Belo Horizonte

Apresentação

A requerimento do deputado Paulo Lamac, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 16/4/2015, a Secretaria de Educação – SEE –, com o objetivo de acompanhar a instalação da Comissão Permanente de Educação do Campo. Além do autor do requerimento, participaram da visita os deputados Douglas Melo e Professor Neivaldo.

A reunião contou com a presença das Sras. Macaé Evaristo dos Santos, secretária de Educação; Maria Tereza Lara, presidente da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam; Augusta Aparecida Neves de Mendonça, subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica; Lara Félix Viana, diretora da Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino, e Alcione Silva, da mesma superintendência.

Relato

Em essência, a visita teve por objetivo acompanhar a primeira reunião da Comissão Permanente de Educação do Campo e debater questões relativas a esse tema. A comissão foi instituída pelo Decreto nº 46.218, de 15/4/2013, e é composta por representantes de órgãos públicos e de diversos movimentos sociais cuja pauta inclui a educação do campo.

Participaram da reunião membros da SEE, do Conselho Estadual de Educação – CEE-MG –, da Secretaria de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Sedinor –, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST –, da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa –, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

Inicialmente, delineou-se um panorama histórico da educação do campo em Minas Gerais e dos trabalhos da comissão. Em seguida, a SEE apresentou proposta de diretrizes operacionais para a educação do campo, documento que resulta de seminários realizados pela secretaria com entidades que apoiam a educação do campo e representantes de movimentos sociais e acadêmicos, entre outros. No documento são abordados temas como a formação de professores do campo, o transporte escolar e a alimentação dos estudantes.

No intuito de aperfeiçoar o documento, a secretária de Educação sugeriu que se agrupassem por temas as diretrizes propostas para a educação do campo. Para facilitar esse trabalho, sugeriu também que os membros da comissão lessem, para a próxima reunião, as normas legais e infralegais que regem a educação do campo e a proposta de diretrizes operacionais apresentada pela SEE.

Além da apresentação das diretrizes operacionais, foram relatados pelos membros da Comissão Permanente de Educação do Campo o fechamento de escolas em alguns municípios e as restrições de algumas superintendências regionais de ensino para admitir docentes egressos da licenciatura em educação do campo, curso ministrado pela UFMG.

A SEE informou que, em razão da autonomia dos municípios, não pode intervir nas decisões quanto ao funcionamento de suas escolas do campo. Nesse aspecto, foi sugerida a atuação da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia como interlocutora entre os movimentos sociais e as administrações municipais.

Quanto aos entraves à admissão de egressos da licenciatura em educação do campo nos quadros docentes da educação básica estadual, a secretária informou que esse curso não foi listado nos editais dos últimos concursos públicos – apesar de guardar semelhanças com outras licenciaturas constantes no edital. Ainda de acordo com a secretária, é prevista a menção expressa a esse curso nos editais de seleção dos próximos concursos públicos.

Quanto ao indeferimento por parte das superintendências regionais de ensino dos pedidos de autorização para os egressos desse curso lecionarem a título precário – CAT –, a SEE já está buscando soluções jurídicas para o impasse.

Por fim, foi ressaltada a importância de os municípios inserirem a educação do campo em seus planos de educação, e sugerida a discussão sobre a educação infantil no campo. Não foi especificado, no entanto, se esses temas serão abordados na próxima reunião da Comissão Permanente de Educação do Campo.

Conclusão

A reunião gerou os seguintes encaminhamentos:

1 - realização de reunião da comissão para debater a educação do campo e o encerramento das atividades de escolas dessa modalidade;

2 - agendamento de visita de representantes da Comissão Permanente de Educação do Campo ao Conselho Estadual de Educação para conhecer o processo de elaboração e análise de atos normativos e discutir a elaboração de norma desse conselho sobre a licenciatura em educação do campo;

3 - agendamento para o dia 21/5/2015, às 9h30min, de reunião da Comissão Permanente de Educação do Campo, ocasião em que serão debatidas as diretrizes operacionais da educação do campo e será ministrada palestra por representante do Ministério da Educação – MEC – sobre o Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Locais visitados: Escola Municipal de Tempo Integral Maria de Lourdes Duarte Moreira dos Santos, Escola Municipal de Tempo Integral de Vargem Alegre, Escola Estadual Desembargador Moreira dos Santos e Centro Cultural São Gonçalo do Rio Abaixo, localizados no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo

Apresentação

A requerimento do deputado Nozinho, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 22/9/2015, a Escola Municipal de Tempo Integral Maria de Lourdes Duarte Moreira dos Santos, localizada no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, com o objetivo de conhecer a experiência exitosa da escola na oferta da educação em tempo integral.

Durante a visita, a comissão decidiu conhecer também a Escola Municipal de Tempo Integral de Vargem Alegre, a Escola Estadual Desembargador Moreira dos Santos e o Centro Cultural São Gonçalo do Rio Abaixo, no mesmo município.

Além do autor do requerimento, participaram das visitas a Sra. Macaé Evaristo, secretária de Educação; o deputado Paulo Lamac, presidente da comissão; o Sr. Antônio Carlos Noronha Bicalho, prefeito de São Gonçalo do Rio Abaixo; a Sra. Glória de Fátima Pessoa, secretária de Educação de São Gonçalo do Rio Abaixo; os Srs. Eloísio Raimundo dos Santos, Aílton de Figueiredo Neves, Paulo Antônio da Fonseca e Luiz Antônio dos Santos, vereadores de São Gonçalo do Rio Abaixo; as Sras. Luciana Maria Bicalho, presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo; Rita de Cássia Castro, diretora da Escola Estadual Desembargador Moreira dos Santos; Maria do Rosário Magalhães Melges, diretora da Escola Municipal de Tempo Integral Maria de Lourdes Duarte Moreira dos Santos; Cristiane Carla Pereira, diretora da Escola Municipal de Tempo Integral de Vargem Alegre. Os visitantes foram acompanhados, em cada escola, por sua diretora.

Relato

A comissão se dirigiu ao Município de São Gonçalo do Rio Abaixo com o objetivo de visitar a Escola de Tempo Integral Maria de Lourdes Duarte Moreira dos Santos, instituição de ensino que se destaca por sua excelência. Entretanto, durante a visita, a comissão entendeu ser importante conhecer também a Escola Municipal de Tempo Integral de Vargem Alegre, a Escola Estadual Desembargador Moreira dos Santos e o Centro Cultural São Gonçalo do Rio Abaixo, no mesmo município.

A Escola Municipal de Tempo Integral Maria de Lourdes Duarte Moreira dos Santos foi criada nos moldes das escolas de Americana (SP), inspiradas nos ideais de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, cuja concepção de educação incluía a noção de uma jornada escolar ampliada.

A escola atende 332 alunos em turno integral do 1º ao 5º ano, no período das 7 horas às 15h45min, e 140 alunos de Educação de Jovens e Adultos – EJA –, no período noturno. O EJA foi implantado para atender à demanda da comunidade, com oferta dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio.

A escola dispõe de ampla estrutura física, com sala de informática, brinquedoteca, laboratório de ciências, salas de balé e caratê, biblioteca, horta, oficina de artes plásticas e quadras de esportes. Além disso, oferece serviços de fonoaudiólogo, nutricionista, psicólogo e psicopedagogo e quatro refeições diárias, que custam à prefeitura R\$4,16 por aluno, a cada dia.

O currículo escolar é diversificado. Além das disciplinas da base nacional comum, como português e matemática, os alunos frequentam oficinas curriculares, como hora da leitura, informática, jogos e experiências matemáticas, redação, lazer, arte em expressão e música. A escola oferece ainda oficinas extracurriculares de balé e caratê.

Nos mesmos moldes, foi construída a Escola Municipal de Tempo Integral de Vargem Alegre, com 4.200m² de área construída. Além das salas de aula, no espaço há sala de informática, laboratório de ciências, sala de vídeo, biblioteca, brinquedoteca, refeitório, auditório, pátio coberto e quadra coberta. Atende, das 7 às 16 horas, crianças da zona rural do município, da educação infantil, na pré-escola e no ensino fundamental, nos anos iniciais. Além da base nacional comum da matriz curricular, a escola oferece oficina de arte e expressão, música, jogos e experiências matemáticas, laboratório de informática e ciências, brinquedoteca e biblioteca, entre outras atividades.

A Escola Estadual Desembargador Moreira dos Santos, por sua vez, localiza-se no centro de São Gonçalo do Rio Abaixo e dispõe de boa estrutura física. Nela estão matriculados cerca de 600 alunos, distribuídos entre o ensino fundamental, nos anos finais, e o ensino médio, com turnos de funcionamento diurno e noturno.

Durante a visita, a diretora evidenciou a importante participação da Prefeitura do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo como parceira da escola. Segundo ela, muitas reformas em suas dependências foram realizadas pela prefeitura, incluindo a pintura da fachada e a construção de uma área de lazer para os alunos. Além disso, a escola conta com 20 profissionais de educação cedidos pela prefeitura.

O Centro Cultural São Gonçalo do Rio Abaixo é um local de divulgação da cultura, especialmente da local. Desenvolve atividades artísticas, abrangendo música, teatro, artes visuais, cursos, oficinas e apresentações de artistas diversos. Abriga a Biblioteca Pública Municipal Professor Josef Blonski, um auditório com capacidade para aproximadamente 300 pessoas, uma área de exposições e salão multiúso. Todo o espaço é adaptado ao acesso de pessoas com deficiência.

Conclusão

Os parlamentares ficaram satisfeitos com o modelo de escola em tempo integral ofertado pela Prefeitura do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, especialmente com a infraestrutura e o projeto político-pedagógico. Destacaram que experiências como essa deveriam nortear a implantação de escolas de tempo integral na rede estadual de ensino e nas demais redes municipais de ensino.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/11/2015

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Geisa Teixeira (substituindo o deputado Celinho do Sinttrocel, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Agostinho Patrus Filho, Bonifácio Mourão, Gustavo Valadares, Doutor Jean Freire, Paulo Lamac e Isauro Calais (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Gil Pereira, presidente da Comissão de Minas e Energia, convidando para debate público a realizar-se em 23/11/2015, às 14h30min, no Plenário. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n.ºs 4.265, 4.266, 4.268, 4.270 a 4.273, 4.275, 4.277, 4.278, 4.280, 4.281, 4.284, 4.285, 4.287, 4.288, 4.291, 4.294 a 4.297, 4.300, 4.302, 4.303, 4.305 a 4.307, 4.309 e 4.311 a 4.313/2015.



São recebidos e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.404/2015, da deputada Celise Laviola e do deputado Bonifácio Mourão, em que solicitam seja realizada audiência pública, em Governador Valadares, para debater os impactos do rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco Mineração;

nº 4.405/2015, dos deputados João Alberto e Paulo Lamac, em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça para debater o Projeto de Lei nº 169/2015, que estabelece diretrizes para a segurança de barragens e depósitos de rejeitos e resíduos minerários e industriais.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.385/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja realizada visita ao Município de Barra Longa, atingido pelo rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco Mineração, em Mariana;

nº 4.386/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado à empresa Samarco Mineração pedido de informações sobre quais as medidas de segurança adotadas para evitar perdas de vidas, em face do risco iminente nas barragens de rejeitos, principalmente para o Município de Barra Longa;

nº 4.392/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a liberação de ambulância, em caráter emergencial, para o Município de Barra Longa, atingido pelo rompimento de barragens de rejeitos no Município de Mariana;

nº 4.393/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre se, entre os condicionantes para o licenciamento das atividades minerárias no Município de Mariana, há previsão de atos de relacionamento das empresas com a população vizinha aos empreendimentos e de plano de emergência para o caso de desastres;

nº 4.394/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à empresa Samarco Mineração pedido de informações sobre todas as empresas que prestam ou prestaram serviços às unidades da empresa no Município de Mariana nos últimos cinco anos, na área de segurança industrial, acidentes de trabalho e avaliação de risco, contendo as atividades desenvolvidas, o período da prestação de serviços e os laudos e pareceres emitidos;

nº 4.395/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à empresa Samarco Mineração pedido de informações sobre todas as empresas que prestam ou prestaram serviços às unidades da empresa no Município de Mariana nos últimos cinco anos, na área de segurança industrial, acidentes de trabalho e avaliação de risco, contendo as atividades desenvolvidas, o número de trabalhadores de cada uma delas e os respectivos nomes;

nº 4.397/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à empresa Samarco Mineração pedido de informações para que envie os planos de emergência e de continuidade do negócio (PCN Barragens) da empresa; o relatório SA-527-RL/17658-00, emitido em março de 2009, intitulado Plano de Ações Emergenciais da Barragem de Santarém (projeto SA-527); o relatório SA-210-RL-12251-00, emitido em março de 2008, intitulado Plano de Ações Emergenciais do Sistema de Rejeitos do Fundão – SRF; os planos de ações emergenciais - PAE - de barragens da empresa; as diretrizes e o organograma de seu Sistema Integrado de Gestão; as diretrizes e o organograma da gestão de segurança de suas barragens; e o manual de operações de suas barragens;

nº 4.398/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – pedido de informações sobre a fiscalização exercida nos últimos cinco anos, incluindo relatórios, laudos e pareceres, na unidade operacional de Germano, da empresa Samarco Mineração, no Município de Mariana;

nº 4.399/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Previdência Social pedido de informações sobre os laudos técnicos de análise de acidentes de trabalho referentes aos processos que envolveram a Mineração Rio Verde, que em 2001 assistiu ao rompimento de sua barragem na cidade de Nova Lima; a Mineração Rio Pomba Cataguases, que em 2007 assistiu ao rompimento de sua



barragem na cidade de Mirai; e a Herculano Mineração, que em 2014 assistiu ao rompimento de sua barragem na cidade de Itabirito;

nº 4.400/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja realizada reunião com convidados, com a presença do reitor, professores e pesquisadores da Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop –, para que apresentem as tecnologias e técnicas já desenvolvidas e disponíveis para o tratamento de rejeitos de mineração como alternativas ao método de disposição em superfície na forma de polpa, com utilização de barragens de contenção convencionais, como as que se romperam em Mariana;

nº 4.401/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à empresa Samarco Mineração pedido de informações para que envie cópia dos planos e projetos de obras emergenciais, preventivas, de reforço, de correção e de recuperação da Barragem de Santarém, com alto risco de rompimento, segundo técnicos do DNPM, e do plano de ações emergenciais, caso haja rompimento dessa barragem e/ou da de Germano;

nº 4.402/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à empresa Samarco Mineração pedido de informações para que encaminhe cópia dos planos e projetos de obras emergenciais, preventivas, de reforço, de correção e de recuperação da Barragem de Santarém e do plano de ações emergenciais, caso haja rompimento dessa barragem;

nº 4.403/2015, da deputada Lone Pinheiro, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre quais as medidas de segurança adotadas, principalmente para o Município de Barra Longa, para evitar que ocorram mais mortes, em face do risco de rompimento de outras barragens de rejeitos na região;

nº 4.406/2015, da deputada Lone Pinheiro, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral pedido de informações sobre quantos técnicos e servidores compõem o quadro do órgão com a função de fiscalização das atividades minerárias; quantas inspeções foram realizadas no último ano em barragens de rejeitos de mineração; se existe carência de servidores ou equipamentos para o exercício das funções fiscalizatórias; e quantas foram e em que datas se realizaram inspeções nos últimos três anos;

nº 4.407/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à empresa Samarco Mineração pedido de informações para que encaminhe cópia dos relatórios e/ou laudos de monitoramento geotécnico e estrutural dos diques e da barragem, nos últimos dois anos; o plano de contingência para casos de risco ou acidente, com a devida comprovação de sua efetividade; a análise de ruptura (*dam break*), cuja entrega à Supram estava prevista para julho de 2007, segundo o PCA do projeto da Barragem do Fundão; e o parecer, o relatório e os estudos sobre os impactos da sobreposição de áreas diretamente afetadas da Barragem do Fundão e da Pilha de Estéril União, da Mina de Fábrica Nova, da Vale;

nº 4.408/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral pedido de informações para que envie lista das barragens classificadas como de alto risco no Estado; das 35 maiores barragens de rejeitos do Estado, com os respectivos níveis de risco; e das barragens de rejeitos do Estado, com os respectivos níveis de risco;

nº 4.409/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais - 3ª Região - pedido de informações sobre os inquéritos, termos de ajustamento de conduta e ações civis públicas propostas contra mineradoras e empresas terceirizadas que prestam serviços a esse setor no Estado;

nº 4.410/2015, da deputada Lone Pinheiro, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para a liberação de recursos, em caráter urgente, para a Escola Estadual Padre Epifânio Gonçalves, no Município de Barra Longa, danificada pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração;

nº 4.411/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Previdência Social pedido de informações sobre as ações fiscais realizadas nos últimos cinco anos em



mineradoras que mantêm barragens de rejeitos, informando, quando for o caso, as empresas terceirizadas que prestam serviços para o setor e enviando cópia dos relatórios de fiscalização;

nº 4.412/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a aplicação da Lei Federal nº 2.334, de 2010, que estabelece, entre outras coisas, a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para qualquer uso, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais e cria o Sistema Nacional de Informação sobre Segurança de Barragens;

nº 4.413/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os impactos e a situação das barragens de rejeitos de mineração nos municípios de Minas Gerais;

nº 4.414/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação encontrada por órgãos e instâncias governamentais nas áreas atingidas pelo rompimento de barragens ocorrido em 5/11/2015;

nº 4.415/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o tempo considerado normal para licenciamento ou renovação da licença de operação de empreendimentos minerários, especialmente quando dotados de barragens de rejeitos; quantos servidores são alocados para tal tarefa; se existe carência de servidores e de equipamentos; e, especificamente em Mariana, qual a razão da demora na renovação das licenças;

nº 4.416/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - pedido de informações para que envie o quadro de servidores diretos e indiretos (terceirizados), por estado, com os respectivos cargos e atribuições;

nº 4.417/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG – pedido de informações sobre as responsabilidades de profissionais e empresas envolvidas, direta ou indiretamente, no acidente na Barragem do Fundão, da empresa Samarco Mineração;

nº 4.418/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana – Supram CM – pedido de informações para que envie cópia de sua manifestação técnica sobre a segurança na unidade operacional de Germano, da empresa Samarco Mineração, feita a partir dos estudos sobre os impactos da sobreposição de áreas diretamente afetadas da Barragem do Fundão e da Pilha de Estéril União, da Mina de Fábrica Nova, da Vale – situação não recomendada para ambas as estruturas devido à possibilidade de desestabilização do maciço da pilha e da potencialização de processos erosivos –, conforme indicado no laudo técnico em resposta ao Parecer Único nº 257/2013, contendo a Análise Técnica referente à Revalidação da Licença Operacional da Barragem de Rejeitos do Fundão, da Samarco Mineração S. A., do Instituto Pristino, realizado por solicitação do Ministério Público, através da Coordenadoria-Geral das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 19, às 10 e às 16 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2015.

Bonifácio Mourão, presidente – Celise Laviola – Rogério Correia – Celinho do Sinttrocel.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/1/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015,



assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Thiago Oliveira Neves, padrão VL-23, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 109/2015

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 223/2015

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 1º/2/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de câmeras externas tipo *bullet*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na R. Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.